

## EU VOU À AUDIÊNCIA DO TRABALHO NO FÓRUM

Cremilda Lôbo Lima e Olenêva Sanches Sousa\*



*Eu vou à audiência do trabalho no Fórum* constituiu-se em uma proposta pedagógica de caráter provocativo, motivacional e propositivo, inserida no projeto *Trabalho, Justiça e Cidadania* (TJC), desenvolvido pela AMATRA5, no Colégio Estadual Alípio Franca (CEAF), para estudantes do 3º ano do Ensino Médio.

O TJC chegou ao CEAF em 2016, com a atividade *Mundo do Trabalho: Direitos e Deveres*, em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), unidade Dendezeiros, que viabilizou uma visita às suas instalações, e a AMATRA5, uma palestra com juízes do trabalho. Seguiu-se um convite aos estudantes para assistirem ao espetáculo *Curral Grande*, no teatro Gregório de Mattos, e debaterem sobre o seu tema, centros de concentração e higienização social no Brasil, inspirados e mediados por dois professores, um convidado e outra do CEAF, e atores. Assim, ocorreu a sensibilização TJC, no CEAF, em vias de sua aplicação no ano seguinte.

Durante a Jornada Pedagógica 2017, o coordenador do TJC, na Bahia, juiz Agenor Calazans, apresentou o projeto, que se desenvolve, colaborativamente, com professores participantes de um seminário, promovido pela AMATRA5, que contempla abordagens e discussões sobre a temática e perspectivas para sua operacionalização.

Com um público prestes a entrar no mercado de trabalho e do Ensino Superior, a proposta pedagógica visou, simultaneamente, à ampliação de conhecimentos trabalhistas e ao êxito no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com uma atividade interdisciplinar entre Biologia, Filosofia, Geografia e História: o Concurso TJC-CEAF. Seguindo o modelo da redação ENEM 2016, foram selecionados 36 estudantes para visitarem o Fórum, com base em seus argumentos sobre a importância de um jovem conhecer de perto um fórum trabalhista e assistir a uma audiência. O tema foi *Trabalho, Justiça e Cidadania nos direitos do trabalhador*, o processo de correção considerou as mesmas competências e critérios de pontuação do ENEM e os estudantes fundamentaram-se, prioritariamente, na *Cartilha do Trabalhador*, disponibilizada para todos pela AMATRA5.

Com base no propósito pedagógico do *Concurso TJC-CEAF* e na importância do TJC para uma Educação crítica e cidadã, como professoras colaboradoras, selecionamos alguns aspectos relevados e alguns argumentos utilizados pelas quatro jovens, que galgaram as melhores classificações - Daiane da Silva de Jesus, 990 pontos, 1º lugar, e Ana Beatriz Santos Amaral, Aska Kuwano e Andréa da Silva Machado, com 980 pontos, 2º lugar, as primeiras com 17 anos e a última, 18 – e que, conseqüentemente, visitaram o Fórum, em 20/7//2017, recebendo, inclusive, essa homenagem de ver suas ideias sobre direitos trabalhistas difundidas para o grande público.

**“Trabalho, Justiça e Cidadania são termos que andam de mãos dadas,**

### **fazendo mais dignas a vida e as profissões das classes trabalhadoras.”**

Com o título “Trabalho e Cidadania no mesmo patamar”, Daiane vê como possibilidade, para a redução das estatísticas da exploração e desumanização, que todo trabalhador conheça seus direitos e deveres, observando que existem órgãos que o orientam. “Para os jovens, o mercado de trabalho é extremamente almejado, afinal, todos querem começar a vida profissional e ser independentes”, afirma Daiane, defendendo a aprendizagem das leis trabalhistas e sugerindo que, “para os que querem vivenciar de perto, existem os fóruns, onde as pessoas podem assistir às audiências de trabalho e adquirir conhecimento relacionado à forma correta de proceder em situações, nas quais o empregador desrespeite os direitos trabalhistas e humanos do empregado. Se todos conhecessem seus direitos, muitos casos de insatisfação no trabalho seriam evitados, considerando que os próprios profissionais poderiam expor seus conhecimentos sobre as leis e seus direitos, intimidando os patrões a fazerem valer as leis e agirem de forma correta com os funcionários.”.

### **“Mesmo no século XXI, muitas pessoas ainda sofrem por causa de infrações cometidas por seus empregadores.”**

Considerando que, “desde o surgimento do proletariado, a busca por direitos trabalhistas é intensa”, Ana Beatriz lamenta que, “apesar de homens livres, as pessoas não deixam de ser escravas da sociedade e, principalmente, por ignorância, assistem impotentes mulheres, homens e crianças trabalharem em condições precárias”. No entanto, cita “salário mínimo, décimo terceiro salário, leis contra o trabalho infantil” como exemplos de que “alguns vêm tentando mudar essa realidade.”.

### **“Além de desigualdades sociais gritantes, a ética de milhões de brasileiros é ferida diariamente, através do descumprimento de leis e do preconceito com as variadas classes trabalhistas.”**

Aska reflete que “com a atual crise política, que o Brasil está enfrentando nos últimos anos, é válido questionar a sua forma de administração e, no âmbito social, não é diferente”, atribuindo o desrespeito às leis “à falta de conhecimento do próprio trabalhador” que, em sua opinião, decorre da educação escolar alienadora, “tornando crianças e jovens vítimas de uma sociedade manipuladora, que visa não informá-los sobre seus próprios direitos, formando adultos que fazem parte da parcela, que está classificada como o senso comum brasileiro.”. Nesse sentido, Aska diz que “é possível apontar a falta de cumprimento das leis trabalhistas brasileiras como um dos motivos para a falta de desenvolvimento político, econômico e social do país, trazendo à tona a importância da discussão do assunto.”.

### **“Um país é movido a partir de cidadãos que, com sua força de trabalho, contribuem para o seu crescimento.”**

Andréa apega-se à História, dizendo que, “no Brasil, com o ex-presidente Getúlio Vargas, foram criados os direitos trabalhistas, como FGTS, Licença Maternidade, Carteira de Trabalho, 8 horas diárias de trabalho, marcando o início de uma luta por mais direitos aos trabalhadores.”. Considera de extrema importância que o trabalhador conheça “os órgãos, que o representam”, também seus direitos, pois “aposentadoria, adicional noturno, [...], férias, hora extra, [...], fundo de garantia, dentre outros, fazem com que a sua força de trabalho seja, no mínimo, respeitada.”.

O Concurso TJC-CEAF mobilizou conhecimentos relativos às competências

exigidas no ENEM e as propostas de intervenção das jovens explicitam sua criticidade. Andréa julga importante “conhecer e poder debater condições de trabalho, para que não possamos aceitar absurdos” e Ana sugere que, “para mudar essa situação, é necessário aprender como lutar”, como diz Daiane, fazendo “valer as leis para que Trabalho, Justiça e Cidadania estejam cada vez mais próximos”. “Para uma sociedade justa, os direitos humanos necessitam ser respeitados”, afirma Aska, arriscando que “uma das formas viáveis para a solução é o maior investimento nos jovens, tornando possível o conhecimento dos seus direitos trabalhistas, desenvolvendo o senso crítico, antes do ingresso no mercado de trabalho”.

\*Professoras do Colégio Estadual Alípio Franca